



2º BRASÍLIA SUMMIT

Medidas para o país, e não para o governo

Em evento do **Correio**, presidente da Câmara, Hugo Motta, defende corte de gastos e reforma administrativa

» ISRAEL MEDEIROS
» RAFAELA GONÇALVES
» ALÍCIA BERNARDES*
» IAGO MAC CORD*

A cobrança do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), sobre a equipe econômica do governo Lula (PT) por uma agenda de reformas estruturais ganhou mais um capítulo ontem. O deputado, que criticou duramente a alta das alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) por parte do governo para melhorar a arrecadação, voltou a criticar o pacote alternativo que vem sendo apresentado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e disse que o Brasil caminha para a “ingovernabilidade completa” caso o Executivo não atue para conter o crescimento de despesas obrigatórias.

O parlamentar voltou a afirmar que as novas medidas do pacote fiscal alternativo ao IOF terão resistência no Congresso e defende que o debate sobre o corte de gastos não pode mais ser postergado. “O Brasil caminha, se não quiser fazer essa discussão, para a ingovernabilidade completa, para quem quer que venha a ser o presidente da República. Essa não é mais uma discussão de esquerda ou de direita. É uma discussão acerca do país. Eu penso que já passou a hora de nós enfrentarmos esse debate”, disse Motta na abertura do 2º Brasília Summit, promovido pelo Lide, em parceria com o **Correio Braziliense**.

Motta voltou a defender a revisão das isenções fiscais, que giram em torno de R\$ 800 bilhões, e a reforma administrativa, que teve a primeira audiência pública na terça-feira. “É preciso revisar esses benefícios fiscais, aferir a eficácia, se a contrapartida daquele setor, daquela empresa está sendo dada ao Estado”, frisou. “Queremos um Estado mais eficiente, menos perdulário, que desperdice menos, que possa entregar serviços de melhor qualidade”, acrescentou.

Ontem à noite, o governo publicou o novo decreto com novas alíquotas do IOF e uma medida provisória que tributa aplicações financeiras e ativos virtuais, como a taxa de 5% sobre as Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) e as Letras de Crédito Imobiliário (LCI), antes isentas. (Ver página 7)

Coordenador do grupo de trabalho da Câmara dos Deputados sobre a reforma administrativa, o deputado Pedro Paulo (PSD-RJ) disse

Fotos: Ed Alves/CB/D.A Press



Além de criticar o tamanho da conta de isenções fiscais, de R\$ 800 bilhões, Hugo Motta ataca: queremos um estado mais eficiente



Pedro Paulo: a reforma administrativa é prioridade no Congresso



Pedro Lupion: Executivo e Legislativo precisam de mais diálogo



Para o ministro Carlos Favaro, a inflação está controlada



Governador Ibaneis Rocha: o governo federal não nos ajuda

que essa pauta deve ser prioridade do Congresso e de Motta. Segundo ele, o presidente da Câmara está “está absolutamente determinado a aprovar essa reforma no Brasil”.

Pedro Paulo disse ainda que o Congresso seguirá firme na posição de não aceitar um aumento de impostos e enfatizou a necessidade de o governo rever os gastos públicos.

“Tenho absoluta convicção da firme posição do Congresso de não ter aumento de impostos e de enfrentar a questão da despesa pública, porque o Brasil vai bem em

determinadas áreas, mas não vai bem nas suas contas”, disse.

O ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, destacou que a proposta de tributação sobre as LCAs

gerou insatisfação no setor, mas defendeu que, mesmo com a cobrança de Imposto de Renda, os papéis seguirão atrativos. “A alíquota de 5% representa um impacto de 0,72% ao ano. Isso ainda mantém a competitividade frente a outros investimentos”, afirmou.

Fávaro argumentou que o mercado de LCAs continua sólido e com direcionamento eficiente ao crédito rural, mesmo com a proposta de tributação, e ponderou que a definição cabe ao Congresso, que poderá modificar ou rejeitar o texto. “Essa é a beleza da democracia: propor, debater e ajustar. E cabe ao Parlamento fazer esse papel com responsabilidade”, disse o ministro, rebatendo a ideia de que os preços dos alimentos seriam afetados. “A inflação está controlada, os preços estão caindo, e o agro tem produzido com recordes de safra”, garantiu.

O deputado federal Pedro Lupion (PP-PR), presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), por sua vez, fez duras críticas ao aumento da carga tributária sobre o setor, que responde por uma significativa parcela do Produto Interno Bruto (PIB) e tem um diferencial produtivo único no mundo com a agricultura tropical e capacidade de expansão sustentável sem desmatamento ilegal. “Ninguém tem a responsabilidade e a capacidade produtiva que nós temos”, afirmou Lupion. Ele cobrou mais diálogo entre o Executivo e o Legislativo e defendeu que o equilíbrio fiscal se dê por meio da redução de gastos públicos e não pela penalização de quem produz.

O governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), destacou a importância dos setores da agrícola e da construção civil para o crescimento econômico e ainda endossou as palavras de Motta no evento. “Suas palavras nos deixam muito felizes. O senhor pode ter certeza que vocês terão apoio integral de todos os governadores”, disse Ibaneis, que preside o Fórum de Governadores. “Nós, governadores, temos sustentado o crescimento deste país. Porque o governo federal, infelizmente, não contribui. Não nos ajuda”, acrescentou Ibaneis. Ele ainda mencionou algumas de suas ações locais, que trouxeram mais dinamismo, mais investimentos e menos carga tributária para a capital federal, como a redução de impostos.

* Estagiários sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza

“Haddad é uma voz aprisionada”, afirma Doria

Por mais que esteja formalmente fora da política, João Doria mantém o discurso de quem observa os rumos do país com atenção. Segundo ele, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, começou sua gestão de forma promissora, dialogando com o setor produtivo e financeiro, mas acabou esvaziado politicamente. “Haddad é, hoje, uma voz aprisionada no governo. Não é culpa dele, mas do ambiente em que está inserido”, afirmou Doria, ontem, em entrevista aos jornalistas Denise Rothenburg e Carlos Alexandre de Souza no **CB.Poder**, programa do **Correio Braziliense** em parceria com a TV Brasília.

O ex-governador de São Paulo

ainda fez um diagnóstico alarmante da conjuntura econômica e institucional brasileira. Para ele, o país vive às vésperas de um “furacão”, diante do descontrole fiscal, da radicalização política e da ausência de um projeto nacional coerente.

Ao comentar o discurso do presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB) criticando as medidas de aumento de imposto do atual governo, no evento Lider Brasil Summit, Doria disse que a fala foi “histórica” e demonstra “uma nova geração de políticos comprometidos com o país, e não com partidos”. “Ele se posicionou como estadista, com

equilíbrio e coragem. Não fez defesa de governo, fez defesa do Brasil”, elogiou.

Para Doria, o Congresso se mostra reticente em aprovar novos impostos, sobretudo por estarmos em um ano pré-eleitoral. “Estamos num redemoinho, prestes a virar um furacão. Se não houver sensatez, o Brasil pode entrar numa espiral destrutiva”, alertou. Ele afirma que o que tem impedido um colapso maior são os governadores citando, em especial, a gestão fiscal responsável da maioria dos estados. “A federação, através dos estados, é o que ainda segura o Brasil. Se não fossem eles, já estaríamos numa situação dramática.”

Doria também mostrou-se preocupado com a continuidade da polarização entre lulismo e bolsonarismo. Ao ver dele, o país precisa urgentemente de um projeto que una o Brasil e não de disputas ideológicas, uma vez que há vários nomes que poderiam encarar uma alternativa mais moderada. “Quem apresentar um programa voltado para o país, e não para um partido, terá o apoio de muitos brasileiros. Não faltam nomes capazes na política. Faltam união e projeto”, lamentou. “O Brasil não pode ser visto como posse ideológica de quem quer que seja. O país precisa de projeto, de rumo e de pacificação”, acrescentou. (AB)



Para João Doria, o país precisa de projeto, de rumo e de pacificação